

Para o euromercado, "jumbo" deve ser assinado mesmo incompleto

por Tom Camargo
de Londres

Cresce no euromercado o sentimento de que tanto Brasília quanto o comitê de bancos que assessora a conclusão da fase 2 da renegociação da dívida externa estariam-se "autoflagelando", ao insistirem em só fechar o corrente "jumbo" quando os exatos US\$ 6,5 bilhões tiverem sido finalmente escriturados.

A certeza de que mais um adiamento na assinatura de todo o pacote já é fato decidido, dilatando em pelo menos vinte dias o prazo previsto em princípio, aliado ao surgimento de pequenos mas trabalhosos percalços junto a bancos que já deram seu comprometimento, animam banqueiros estabelecidos na City a defender uma "finalização imediata" da presente etapa.

Dois banqueiros ingleses, o representante de um grande banco brasileiro e o funcionário graduado de um banco alemão disseram a este jornal, com palavras diferentes, que pelos parâmetros do euromercado os atuais US\$ 6,367 bilhões comprometidos são "um êxito absoluto".

SUCESSO

Eles argumentam que o compromisso de trazer todos os oitocentos e tantos bancos que mantinham negócios com o Brasil ao novo "jumbo" não foi honrado — o que era esperado desde o início —, mas que isso não invalida o sucesso representado pela adesão de mais de quinhentas casas ao pacote. "Temos agora mais do que o dobro de participantes da fase 1", lembrou um banqueiro. "O efeito-demonstração pretendido já foi obtido."

Este "efeito-demonstração" consistiria na disposição do governo brasileiro e do comitê assessor de fazer pé firme quanto à observância de que todos os antigos fornecedores do Brasil comparecessem com seu percentual de exposição nesse novo negócio.

A relutância, não só dos regionais norte-americanos, mas também de árabes e europeus, não poderia agora ser superada "mediante ameaças de que nada será assinado se eles não entrarem. Quem já entrou quer agora que o negócio vá em frente, pois no segundo semestre haverá por certo uma nova rodada de negociações com o Brasil", disse um banqueiro inglês.

FALHAS

Como é muito grande o número de recalcitrantes — mais de duzentos, com certeza —, e todos eles com participações pequenas,

advoga-se agora um programa de convencimento posterior à assinatura do "jumbo". Além dos árabes, dos espanhóis e dos regionais norte-americanos, dezenas de casas européias ainda atêm-se a um não. Os bancos bávaros, pelo menos três austríacos, pequenos bancos franceses, ingleses, italianos, até mesmo uma instituição irlandesa estão na lista dos que deveriam compor os quase US\$ 160 milhões pendentes.

Há, ainda, os bancos de países em situação tão atribulada quanto a brasileira. "Este foi um erro de princípio", disse uma fonte. "Alguém imagina que um banco brasileiro poderia entrar no reescalamento da Argentina? Como um banco argentino poderia entrar no brasileiro?"

Mesmo alguns bancos que deram seu "sim" agora pretendem cercá-lo de algumas condicionalidades. Bancos holandeses e italianos já formalizaram junto ao comitê assessor, através de telex, a disposição de compor sua parte em florins e libras.

"É tão absurdo que poderia parecer até incompetência", disse o banqueiro alemão. Ele argumenta, no que é secundado pelo banqueiro brasileiro, que a divisa "standard" para as operações de euromercado que estes bancos fizeram com o Brasil sempre foi o dólar. Dizem ainda que nenhum dos bancos que ingressaram no euromercado o fez pondo na mesa recursos de seu próprio país, mas sim linhas de crédito contabilizadas em eurodólares. "Poderíamos pagar

nossas dívidas em cruzeiros?", pergunta o brasileiro.

LONGO PRAZO

A falta de uma cena final para a atual jornada da renegociação brasileira parece ajudar a colocar numa posição comum banqueiros com origens e interesses diversos.

"O Brasil está forte agora, quando um seu movimento mais brusco pode ter impacto terrível sobre os ativos de seus credores. Nos próximos meses o País deveria encontrar uma solução de mais longo prazo para seus problemas. Mais para a frente os bancos já estarão com seus colchões de liquidez montados e poderão descartar o País sem nenhum constrangimento."

Este ponto de vista, comum a mais de uma fonte, parece basear-se na assertiva de que os casos mexicano e argentino fornecerão os degraus necessários para que a próxima sequência de negociações do Brasil resulte tanto em juros quanto em prazos melhores. E que desta forma os emprestadores poderiam reorganizar seus portfólios de uma forma que um inglês classificou de "não punitiva."

"Não há interesse em desenvolver uma posição defensiva em relação ao Brasil, a menos que nos vejamos obrigados a isto", disse. "Todo mundo sabe que mais para a frente, talvez ainda nesta década, Brasília voltará a ser um bom e disputado risco."